

RACIONALIDADE E TÉCNICA EM MARCUSE E HABERMAS: SAÍDAS PARA O DILEMA DA JAULA DE FERRO?

EDEMILSON PARANÁ¹

INTRODUÇÃO

No debate proposto por Jurgen Habermas a Herbert Marcuse a respeito da questão da técnica e de uma nova teoria social capaz de explicar a sociedade contemporânea no capitalismo tardio, salta a discussão a respeito do conceito de racionalidade. É a partir dele, em suas diferentes abordagens e significados, que se situa uma contraposição fundante entre os autores nesse particular. A assombrar essa polêmica está Max Weber, para quem a preocupação com os processos de racionalização da vida social, em seus diferentes sentidos e dimensões assumidos na sociedade ocidental moderna, é a espinha dorsal de uma robusta teoria sociológica.

Seja apresentando uma dura crítica ao conceito de racionalidade (e racionalização) proposto por Weber, como feito por Marcuse em sua obra *A Ideologia da Sociedade Industrial*, seja propondo uma atualização capaz de entendê-lo em suas diferentes dimensões e possibilidades, como apresentado por Habermas em *Técnica e Ciência enquanto Ideologia*, é a partir do entendimento e da apropriação desse conceito fundamental que tais autores

¹ Heterônimo de Edemilson Cruz Santana Junior, doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. E-mail: edemilsonparana@gmail.com

irão derivar suas elaborações a respeito da técnica (e da tecnologia) e da ciência, bem como suas inter-relações. Entender, pois, a discussão fundamental a respeito desse conceito é, em grande medida, mapear os posicionamentos, bem como o que está de fato em jogo no debate mais amplo a respeito do papel conferido à tecnologia na sociedade capitalista contemporânea presente em tais autores.

Em Max Weber, a racionalidade dos indivíduos, tomada idealmente como a capacidade da ação social em sujeitar-se ao cálculo racional de seus meios e fins, pode ser dividida em quatro tipos-ideais, que retomaremos ao longo do texto: a racionalidade formal, racionalidade substantiva ou material, racionalidade prática e racionalidade teórica ou técnica – categorização que, longe de ser uma unanimidade, é objeto de intensos debates entre os revisores e comentadores de suas obras. Essa construção abrirá caminho para a teorização de um processo apresentado pelo autor como racionalização da sociedade, entendido, à grosso modo, como uma continuada expansão do cálculo e do conhecimento técnico como formas de organização e controle sobre o mundo natural e social.

A crítica de Marcuse a essa compreensão está ancorada na ideia de que a racionalidade desenhada na teoria weberiana, bem como a conseqüente racionalização da vida social compreendida a partir dessa base conceitual, não pode ser tomada como universal, mas é, ao contrário, um tipo específico de enquadramento da cognição humana voltado a um projeto político de controle e dominação homem-homem derivado, em última instância, do controle e da dominação homem-natureza. Não se trata, pois, da racionalidade como tal, mas de um tipo particular de racionalidade – linear, positiva e unidimensional – desenvolvida e afirmada historicamente de modo a viabilizar tal dominação.

Na contra-crítica, disposto a expandir a formulação inicial de Weber, completando-a, está Jurgen Habermas, para quem um tipo específico de racionalidade, a racionalidade instrumental – desenvolvida ao longo da história a partir das necessidades

do trabalho e da produção, contrapõe-se e coexiste com a racionalidade comunicativa, característica das interações e trocas simbólicas humanas. Contrapondo conceitualmente, dessa forma, agir racional-com-respeito-a-fins a um agir-comunicacional, advindos dessa categorização de racionalidade, Habermas propõe um quadro de compreensão da sociedade dividido em duas dimensões em permanente tensão: mundo vivido ou dimensão da interação simbolicamente mediatizada, e sistemas do agir racional-com-respeito-a-fins ou dimensão sistêmica. Trata-se, portanto, ao mesmo tempo em que aponta a crescente colonização do mundo vivido (império das trocas simbólicas) pela dimensão sistêmica (hegemonia técnico-científica), de investigar as possibilidades abertas para o desenvolvimento da racionalidade comunicativa a partir da desdogmatização crescente da sociedade ocidental.

Com intenção de apresentar elementos que venham abrir o leque de reflexões a respeito das possibilidades de resistência, subversão ou reapropriação do homem diante do aparato técnico da sociedade capitalista, este artigo tem como objetivo apresentar um panorama organizado do debate entre Habermas e Marcuse em torno do conceito de racionalidade.

Para tanto, iniciaremos apresentando de que modo os autores abordam o conceito. A partir daí, discutiremos as implicações de tais abordagens na construção de explicações da relação entre tecnologia e sociedade em cada um deles, bem como os dilemas que tais compreensões apresentam para, por fim, refletirmos a respeito das possíveis saídas que cada um dos autores aponta para tais questões.

As ideias de Marcuse e Habermas discutidas nesse artigo estão circunscritas respectivamente aos textos *A Ideologia da Sociedade Industrial* e *Técnica e Ciência Enquanto Ideologia*. Vale registrar ainda que este artigo não pretende esgotar ou abarcar toda a complexidade conceitual do tema – envolto em profundas polêmicas no tocante aos reais sentidos, significados e interpretações a respeito das formulações de cada um dos autores, mas, ao contrário, apresentar um panorama amplo, e por

isso em alguma medida generalista, do que consideramos um debate seminal nos estudos sobre a técnica e a ciência na sociedade contemporânea.

O CONCEITO DE RACIONALIDADE EM MAX WEBER

Antes de adentrarmos ao debate entre Marcuse e Habermas a respeito da racionalidade, é importante mapearmos a construção teórico-conceitual de Max Weber a respeito da questão, uma vez que se trata de uma referência incontestada para ambos os autores, e que terá presença destacada nessa discussão.

É através de sua Teoria da Ação Social que podemos encontrar algumas pistas para desvendar de que modo Max Weber entende a racionalidade. Em sua obra *Economia e Sociedade*, o autor relaciona quatro tipos-ideais de ações sociais, a ser: a) ação tradicional; b) ação afetiva; c) ação racional em relação a valores; e d) ação racional instrumental. No esquema weberiano, tais ações, movidas sempre por indivíduos, são analisadas de modo relacional à ação de outros indivíduos, daí seu caráter social. Do ponto de vista individual, portanto, essas ações estão submetidas a estratégias de ação social. Tais estratégias podem ser entendidas como a capacidade dos atores de escolherem entre os meios e os fins de uma ação e de exercerem uma escolha racional.

Essa escolha racional pode se dar de duas formas: subjetiva e objetiva. A racionalidade subjetiva tem a ver com o grau de avaliação interna que o ator introjeta cognitivamente antes do ato. A racionalidade objetiva, por sua vez, refere-se ao grau de incorporação da ação de princípios racionais pela adesão a regras formais ou cálculos dos meios e fins. A partir dessas diferentes formas de motivações para as ações é que o autor irá diferenciá-las nos quatro tipos-ideias mencionados.

A ação tradicional caracteriza-se por certa automaticidade devido a crenças tradicionais ou costumes que agem como imperativos morais ante o julgamento de valor. Carece de critérios de avaliação e de orientação racional aos meios e fins.

A ação afetiva é motivada diretamente por razões subjetivas, de ordem emocional. Uma vez que é incontrolável e carece de avaliação interna, não é, tal qual a ação tradicional, orientada a um objetivo específico ou valor.

A ação racional em relação a valores, diferentemente das duas anteriores, assume uma orientação de tipo racional, ainda que orientada aprioristicamente por algum valor condicionante. É uma ação movida pelos atores não necessariamente por conta de um resultado utilitário pretendido, mas por um dever moral e pela afirmação concretizadora desse dever. Por fim, a ação racional instrumental ou ação racional orientada a um fim, é o mais racional dos tipos de ação. Está baseada em parâmetros utilitários de eficácia no livre equilíbrio racional entre meios e fins com vistas a um determinado objetivo.

É em consonância com esses quatro tipos-ideias de ação social que Weber irá, em diferentes obras, desenhar categorizações para a racionalidade em sentido amplo.

A diferenciação entre ação racional com relação a fins, ação racional com relação a valores, ação afetiva e ação tradicional envolve a consideração dos diferentes graus de racionalidade presentes na própria ação. O primeiro tipo funciona como ideal, e os restantes representam um desvio em relação ao primeiro. Seguindo-se a explicação de Schluchter (1996), Weber constrói essa escala tendo em mente a articulação entre quatro elementos: os meios, os fins, os valores e as consequências da ação. A ação será tão mais racional quanto mais o ator levar em consideração tais aspectos. Esta discussão é fundamental, pois a problemática da racionalidade, em Weber, é elaborada tendo-se em vista compreender, a partir dela, a especificidade das ações sociais (SELL, 2011, p. 163).

Seguindo outros comentadores da obra de Weber, Sell (2011) divide em dois pares de conceitos a tipologia weberiana da racionalidade: racionalidade material e racionalidade formal, racionalidade teórica e racionalidade prática. A racionalidade formal é que dá corpo ao cálculo racional quantitativo e o procedimento contábil que orienta uma ação ou decisão (WEBER, 1984). Trata-se de uma racionalidade que circunscreve a ação às medidas de custo efetivo e consideração formal de meios e fins.

A racionalidade material (ou substantiva), vista por Weber como o oposto da racionalidade formal, define em que grau uma ação é moldada por uma orientação a valores, independente da natureza dos fins ou resultados da ação (WEBER, 1984). Trata-se, portanto, de uma racionalidade atuante a partir de normas éticas ou padrões que podem se expressar por meio de diferentes escalas de valores, abarcando, por exemplo, considerações de justiça social e padrões éticos.

A racionalidade teórica (ou técnica) mede a realidade através do raciocínio conceitual que, por meio da abstração e conceitualização, impõe ordem ao mundo. Atua, assim, produzindo imagens e compreensão por meio de argumentos abstratos e conceituais sem que para isso haja necessidade de orientação direta em relação ao que é empiricamente dado na realidade. Por fim, a racionalidade prática organiza a ação e o pensamento por meio de sua função ou utilidade com base no que é empiricamente dado na realidade. Assim, o significado e a validade da ação se dão dentro de uma ordem técnica em que os meios de obter fins desejados são vistos como técnicas ou estratégias. Os resultados são medidos em termos de benefícios práticos e recompensas econômicas. Resiste, por isso, contra a abstração, a transcendentalização ou conceitualização não diretamente utilitária do mundo.

Essa ampla categorização está ancorada na teorização do processo que Weber denominará *racionalização* da sociedade. Por ele entendemos o avanço do domínio da racionalidade prática e do agir racional instrumental nas diferentes esferas da vida social, da empresa capitalista (relações econômicas) para as normas do direito privado (relações jurídicas) e regulação do Estado (dominação burocrática). É na busca por explicações desse processo de racionalização e desencantamento do mundo na sociedade ocidental que Weber produzirá investigações a respeito das religiões e seu papel na (transformação da) consciência dos indivíduos. Feita uma apresentação panorâmica dos tipos-ideias de ação social e racionalidade em Weber, que influenciarão o debate entre Marcuse e Habermas, adentremos ao universo da discussão propriamente dita.

A CRÍTICA DE HERBERT MARCUSE À RACIONALIZAÇÃO WEBERIANA

A dura crítica marcuseana aos conceitos relacionados de racionalização e desencantamento do mundo em Weber se dá, sobretudo, pela denúncia de determinado caráter de dominação política e social no cerne da própria concepção de racionalidade que, para o autor, não trata da racionalidade em si, mas de uma racionalidade específica que carrega um projeto de poder e uma cognição de controle. Centrando sua crítica na racionalidade prática – a dimensão mais diretamente ligada a uma racionalização de caráter técnico-instrumental, Marcuse está convencido de que a técnica e a ciência modernas, que prestam tributo a esse modelo de racionalidade, reforçam estruturas materiais de controle e dominação social na sociedade industrial. A partir dessa compreensão, o pensador irá apresentar um panorama histórico-filosófico a respeito do embate entre duas dimensões fundamentais da racionalidade: a negativa, de caráter subversivo, bidimensional (Eros) e a positiva, característica da medição, do controle, da unidimensionalidade (Logos). Essa segunda irá paulatinamente se impor à sociedade ocidental em consonância com o desenvolvimento do aparato técnico-produtivo.

As fases tecnológica e pré-tecnológica compartilham certos conceitos básicos sobre o homem e a natureza, que expressam a continuidade da tradição ocidental. Dentro desse contínuo, diferentes modos de pensar se entrecrocaram, pertencem a maneiras diferentes de aprender, organizar e modificar a sociedade e a natureza. As tendências estabilizadoras entram em conflito com os elementos subversivos da Razão, o poder do pensamento positivo com o do negativo, até que as realizações da civilização industrial avançada conduzem à vitória da realidade unidimensional sobre toda a contradição (MARCUSE, 1973, p. 126).

Por meio do enraizamento social dessa racionalidade prática, técnica, utilitária, controladora e medidora da natureza que caracterizará a ciência e a tecnologia, o pensamento e a especulação perdem seu caráter subversivo e transformador, negando suas dimensões “negativas” e desorganizadoras. A conceitualização ou mesmo a transcendentalização da vida, por meio do pensamento contemplativo ou especulativo, se rendem

de vez ao controle por meio da função ou utilidade, da relação unidimensional entre fins e meios para o controle da natureza e para a hierarquização da vida social por meio da produção.

O método científico que levou à dominação cada vez mais eficaz da natureza forneceu, assim, tanto os conceitos puros como os instrumentos para a dominação cada vez maior do homem pelo homem por meio da dominação da natureza. A razão teórica, permanecendo pura e neutra, entrou para o serviço da razão prática. A fusão resultou benéfica para ambas. Hoje, a dominação se perpetua e se estende não apenas através da tecnologia, mas como tecnologia, e esta garante a grande legitimação crescente do poder político que absorve todas as esferas da cultura.

Nesse universo a tecnologia também garante a grande racionalização da não-liberdade do homem e demonstra a impossibilidade "técnica" da criatura ser autônoma, de determinar a sua própria vida. Isso porque essa não-liberdade não parece irracional nem política, mas antes uma submissão ao aparato técnico que amplia as comodidades da vida e aumenta a produtividade do trabalho. A racionalidade técnica protege, assim, em vez de cancelar, a legitimidade da dominação, e o horizonte instrumentalista da razão se abre sobre uma sociedade racionalmente totalitária (MARCUSE, 1973, p. 154).

Para o autor, portanto, ao invés de reduzirmos a racionalidade da ciência e da técnica a regras objetivas e invariáveis da lógica e da ação controlada pela eficácia, é patente notarmos que a própria racionalidade incorporou em si um *a priori* material, surgido e implementado historicamente. É essa forma degenerada (porque incompleta e insuficiente) de racionalidade que predominará na sociedade industrial.

Essa compreensão encontra, em alguma medida, a elaboração weberiana a respeito da *jaula de ferro* – figura desenhada como recurso explicativo para o processo de completo encarceramento do homem por meio de sua própria racionalidade, naquilo que ela guarda de perverso. Com isso, o autor desejava apontar que a intensificação dos processos de racionalização, desencantamento do mundo e a conseqüente burocratização da vida social caminhavam para um momento em que a humanidade estaria refém do próprio aparato sociotécnico que criara, levando o homem a um verdadeiro processo de extinção espiritual, intelectual e moral por meio do que Weber denominou *utilitarismo puro*.

É essa força irracional, oriunda da expansão desenfreada da racionalidade formal que vai caracterizar a própria prisão que, anteriormente, constituiu-se como a principal força libertadora do homem das obscuridades e das trevas irracionais do pensamento *mágico* tradicional. É nesse sentido que [Weber] vai perceber que a razão humana acaba por se tornar a própria prisioneira, na jaula de ferro daquela que a criou (CARDOSO, 2008, p. 270).

Apesar de certo encontro na avaliação, há diferenças fundamentais entre as duas compressões – de dominação racional em Marcuse e de jaula de ferro em Weber. Se para este o problema fundamental é de ordem ética, para aquele é de ordem material. Ao desenhar o processo de racionalização da sociedade, Weber o enxerga através de lentes positivas, a ser: a libertação humana das formas tradicionais de controle da vida social. Sua sociologia da religião está empenhada, de certo modo, em encontrar os elementos capazes de explicar o desenvolvimento dessa racionalização por meio de comportamentos e orientações de ordem ética.

Marcuse, por sua vez, entende essa racionalização não como resultado de um processo de sociabilidade submetido a uma ordem religiosa ou moral, mas como parte de um processo de desenvolvimento material (dialético) dos modos de produção que, ao longo da história, ressignificou a dominação do homem pelo homem ao impor a vitória final da racionalidade técnico-instrumental, característica da sociedade industrial, sobre outras formas de pensamento.

Herbert Marcuse partiu dessa análise para mostrar que o conceito formal de racionalidade – que em Max Weber tirou do agir racional-com-respeito-a-fins do empresário capitalista e do trabalhador industrial assalariado, agir racional-com-respeito-a-fins da pessoa jurídica abstrata e do funcionário administrativo moderno e que ligou aos critérios tanto da ciência como da técnica – tem implicações materiais determinadas (HABERMAS, 1980, p. 313).

Trata-se de uma diferenciação importante, uma vez que demonstra, conforme apontamos, que as distintas construções a respeito da noção de racionalidade serão determinantes no modo de como tais autores explicam a relação entre tecnologia e sociedade tanto do ponto de vista filosófico quanto sociológico.

NEM WEBER NEM MARCUSE. A PROPOSIÇÃO ALTERNATIVA DE JURGEN HABERMAS

Reeditado e apresentado de modo distinto em Marcuse e Habermas, o dilema weberiano da jaula de ferro está ligado, em ambos, ao questionamento a respeito de quais são as possibilidades para a ação humana diante do aparato técnico nas sociedades do capitalismo tardio. Defendemos que apresentar essa discussão relativamente ao conceito de racionalidade como seu eixo central nos permite definir com alguma clareza as linhas gerais deste debate, uma vez que os entendimentos nesse particular posicionarão os autores em relação ao dilema sociológico e filosófico (já que todo problema sociológico carrega em si um problema filosófico) da crescente colonização da vida pela técnica.

No texto *Técnica e Ciência Enquanto Ideologia*, Habermas argumentará que nem Max Weber nem Herbert Marcuse trataram a questão de modo a “determinar categoricamente de maneira exata o que significa o fato de que a forma racional da ciência e da técnica, ou seja, a racionalidade incorporada nos sistema do agir-racional-com-respeito-a-fins venha a se expandir, chegando a tornar-se a forma de vida, ‘totalidade histórica’ de um mundo do viver” (HABERMAS, 1980, p. 320). Disposto a suprir essa lacuna, o autor irá propor um novo esquema interpretativo para reformular o conceito de racionalização weberiana de modo a examinar a crítica de Marcuse a Weber. O quadro categorial alternativo de Habermas circunscreverá o processo de racionalização à distinção entre *trabalho* e *interação*. Trabalho entendido como agir racional-com-respeito-a-fins ou agir instrumental, e interação entendida como agir comunicativo ou interação mediatizada simbolicamente.

Trata-se, portanto, de entender o processo de racionalização da sociedade a partir de duas dimensões distintas e paralelas: de baixo para cima – por meio da imposição do agir racional-com-respeito-a-fins, instrumental, em consonância com o desenvolvimento do aparato técnico e das relações de trabalho no modo de produção capitalista; e de cima para baixo – que abre possibilidades, advindas da positivação do mundo, para o

florescimento de um agir comunicacional por conta da derrocada das legitimações dogmáticas tradicionais de dominação. Desse modo, a modernidade se caracteriza por uma relevante contradição: ao mesmo tempo em que avança e consolida uma dominação técnico-racional da vida social, abre novas possibilidades de configurações sociais, permitindo o exercício do agir comunicativo reflexivo. É nessas novas possibilidades que Habermas apostará como forma de superar o controle e a dominação técnica.

Essa compreensão dual do processo de racionalização levará o autor a dividir em duas dimensões em permanente tensão a sociedade: mundo vivido ou dimensão da interação simbolicamente mediatizada, e sistemas do agir racional-com-respeito-a-fins ou dimensão sistêmica. Se essa dimensão normatiza a racionalidade por meio da técnica, aquela liberta-a de dogmatizações, possibilitando resistência comunicativa reflexiva no encontro e troca social entre os indivíduos. Desse modo, ao mesmo tempo em que aponta a crescente colonização do mundo vivido (império das trocas simbólicas) pela dimensão sistêmica (hegemonia técnico-científica), apresenta as possibilidades políticas abertas com o desenvolvimento da racionalidade comunicativa a partir da desdogmatização crescente da sociedade.

Do ponto de vista filosófico, Habermas está empenhando em superar o paradigma moderno da razão subjetivista, centrada unicamente na solidão do sujeito e no purismo da razão para propor, em seu lugar, uma razão intersubjetiva, da troca comunicativa e do diálogo com outros sujeitos, em que um saber comunicacional é construído por uma comunidade de sujeitos que interagem no mundo vivido, buscando um reconhecimento intersubjetivo de exigências de validade. O consenso desse modo estabelecido favorece a formação de uma rede de interações sociais que elaboram possíveis soluções para diversas questões pertinentes do mesmo mundo vivido. Trata-se, portanto, de ressaltar a importância da linguagem nesse processo. Assinala ainda, de modo crítico às elaborações de Marcuse, que a racionalidade na sociedade contemporânea não pode ser

reduzida à racionalidade instrumental, uma vez que há possibilidades – como a da racionalidade comunicativa – que vão além, ultrapassando esse limite.

Na mesma trilha, o autor argumentará ainda que a história da técnica não pode ser igualada à história da evolução dos modos de produção, mas é parte da própria história da humanidade e do conhecimento humano, uma vez que o fazer técnico é parte da necessidade do mundo do trabalho humano desde os seus primórdios. A novidade histórica, não compreendida por Marcuse, estaria não na técnica em si, mas em seu casamento com o capital, que a teria liberado para um desenvolvimento sem precedentes. Por trás dessa crítica de Habermas está uma intencionalidade de apresentar um projeto teórico de reformulação do materialismo-histórico a partir dessas categorias. Uma reformulação que dê conta de captar a coexistência das dimensões do trabalho e da interação ao longo da história.

Desse modo, apesar de reconhecer a tese marcuseana do duplo caráter que assume a técnica e a ciência na sociedade contemporânea – enquanto força produtiva e ideologia que legitima a dominação, Habermas irá advogar pela razão e agir comunicativos como saídas para o sistema do império da técnica e da razão instrumental.

CONCLUSÃO: SAÍDAS PARA O DILEMA DA JAULA DE FERRO?

Ao teorizar o processo de racionalização da sociedade e desencantamento do mundo, discutido em seu aspecto negativo por meio do dilema da jaula de ferro, Max Weber prestou um grande serviço ao pensamento e à compreensão da sociedade moderna. Essas contribuições, amplamente revisadas, criticadas e reapropriadas diante de outras abordagens como o Marxismo, a Psicanálise e a Filosofia Alemã, tiveram um papel importante no pensamento de teóricos da Escola de Frankfurt, à qual Herbert Marcuse e Jurgen Habermas se filiaram.

Na esteira desse processo, Herbert Marcuse produziu uma robusta crítica sobre o papel da técnica enquanto ideologia na sociedade industrial. Esse papel, segundo ele, é tributário de um desenvolvimento de caráter histórico e político de uma noção reduzida da racionalidade humana: a racionalidade instrumental. Uma racionalidade unidimensional que desenvolve-se desde os primórdios do pensamento ocidental para, por meio da técnica moderna, consolidar-se materialmente de modo a legitimar estruturas de medição e controle da natureza que sustentarão a dominação do homem em seu aspecto cognitivo e ideológico. Ao criticar Weber, Marcuse pretende apresentar uma leitura materialista do processo de racionalização para demonstrar que “na construção da realidade tecnológica, não há uma ordem científica puramente racional; o processo de racionalidade tecnológica é um processo político” (MARCUSE, 1973, p. 162). Conforme sintetizará Habermas,

o que Marcuse critica em Max Weber é o fato de que, sem ter levado em conta a visão penetrante de Marx, ele se fixa a um conceito abstrato de racionalização que não enuncia o conteúdo de adaptação do quadro institucional específico a cada classe, adaptação aos subsistemas progressivos do agir racional-com-respeito-a-fins, mas que mais uma vez os esconde. Marcuse sabe muito bem que a análise marxista não pode mais ser aplicada sem restrições às sociedades do capitalismo em fase tardia que Max Weber já tem em vista. Mas ele queria mostrar, tomando Max Weber como exemplo, que o desenvolvimento da sociedade moderna no quadro de um capitalismo regulado pelo Estado escapa aos conceitos se o capitalismo liberal não for previamente conceitualizado (HABERMAS, 1980, p. 327).

No centro da crítica marcuseana está o processo de tolhimento e impedimento do pensamento negativo e seu potencial subversivo para transformar o mundo. É a partir, então, de uma terapia filosófica do pensamento, que resgate sua dimensão política e subversiva, que Marcuse apontará possibilidades de superação desse modelo. Seria papel dessa Filosofia libertar o pensamento de sua escravização, elucidando suas dimensões negativas e subversivas e projetando alternativas como parte de um esforço que, para além de mostrar a realidade como ela é, mostre também o que essa realidade impede ser. “Então, a política apareceria em Filosofia, não como uma disciplina especial

ou objeto de análise, nem como uma Filosofia política especial, mas como a intenção de seus conceitos para compreender a realidade não-mutilada” (MARCUSE, 1973, p. 187).

Habermas concorda que o projeto de emancipação humana via razão instrumental implicou uma manipulação dos recursos naturais e uma reificação do próprio ser humano que produziu profundas tragédias ao longo do último século. No entanto, apesar do predomínio dessa estrutura de racionalidade nas definições da ciência e da técnica, ele não as vê unicamente a partir do prisma material, como parte de um projeto histórico que pode ser superado. Para ele, a técnica é uma projeção do trabalho humano em si, algo que, como tal, não pode ser superado. Do mesmo modo enxerga a ciência moderna. A resposta, portanto, está em dar-lhes um rosto humano por meio do avanço e da predominância do agir comunicativo em detrimento do agir instrumental. Assim, se “o crescimento das forças produtivas não coincide com a intenção do ‘bem-viver’ pode, em todo caso, ser útil a essa intenção” (HABERMAS, 1980, p. 341).

A alternativa para a técnica existente, o projeto da natureza enquanto parceira de jogo, ao invés de objeto, refere-se a uma estrutura alternativa do agir: a interação simbolicamente mediatizada, em oposição ao agir-racional-com-respeito-a-fins. Mas isso significa que os dois projetos são projeções do trabalho e da linguagem, projetos da espécie humana no seu todo e não de uma época isolada, de uma classe determinada, de uma situação que pode ser ultrapassada. É tão precária a ideia de uma nova técnica quanto é precário pensar consequentemente em uma nova ciência, caso a ciência deva significar, no nosso contexto, a ciência moderna comprometida com a atitude da possível manipulação técnica: tanto para a sua função, como de resto para o progresso técnico-científico, não há substituto que seja mais ‘mais humano’ (HABERMAS, 1980, p. 318).

Ao compreender a técnica instrumental como imanente à estrutura do trabalho humano e, portanto, um produto inevitável deste, que não carece de legitimação, uma vez que se impõe a partir de sua eficácia igualmente instrumental, Habermas acaba por reificar a técnica, ignorando a dimensão social que instaura o processo tecnológico; um processo que acolhe ou descarta determinadas opções técnicas não só com base em sua eficácia instrumental, mas em mediação com fatores de ordem

cultural, política, intelectual, estética, entre outros – ainda que, a nosso ver, os fatores de ordem material sejam determinantes em última instância. Essa reificação acaba por conduzi-lo à negação da possibilidade de alteração social profunda na ordem institucional senão pelo consenso comunicativo, produzido reflexivamente por meio da interação linguística; possibilidade essa que mascara a dimensão profundamente política, e portanto conflituosa, da linguagem, conforme assinala Marcuse

A linguagem que fornece a maior parte do material para a análise é uma linguagem purgada não apenas de seu vocabulário 'antitortodoxo', mas também dos meios de expressar quaisquer outros conteúdos que não os fornecidos aos indivíduos por sua sociedade.

(...) Mas na realidade só nos compreendemos uns aos outros através de campos inteiros de mal-entendidos e contradições. O universo real da linguagem é o da luta pela existência. É na verdade um universo ambíguo, vago e obscuro, e sem dúvida carente de esclarecimento (MARCUSE, 1973, p. 167).

Desse modo, ignora-se o fato de que a dimensão linguística não é um dado em si, mas carrega consigo implicações sociais, e portanto materiais, muito evidentes. Tais implicações situam-na sob o ponto de vista do poder em relação a uma série de desigualdades estruturais que acabam por inviabilizar a própria comunicação, que acaba, desse modo, igualmente refém da dominação técnica – agora aplicada ao campo do domínio linguístico e simbólico. Tudo somado, tais estruturas materiais de poder, que transversalizam de modo dialético tanto o domínio do mundo vivido quanto a dimensão sistêmica, não parecem facilmente permeáveis a uma profunda alteração institucional por meio de amplos consensos produzidos por diálogos performativos.

A necessidade de uma terapia filosófica do pensamento enquanto fazer político articulada com uma resistência inovadora e produtiva de uma práxis transformadora, e em alguma medida destrutiva, demonstra, nesse cenário, sua validade como proposta capaz de viabilizar a imaginação de uma técnica e uma ciência alternativas que sirvam, de modo dialético, à compreensão e à transformação profunda do quadro institucional. Trata-se de empenhar ao pensamento um esforço revolucionário.

Vimos que as apropriações e construções conceituais a respeito da racionalidade são basiladoras das diferenciações de fundo presentes nesse debate. Qual o papel, então, que a racionalidade tem a cumprir nesse esforço revolucionário? E a partir de qual conceito de racionalidade deve ser feita essa construção? É possível que Habermas acerte no diagnóstico quando afirma, a respeito das formulações de Marcuse, que

Isle o fenômeno ao qual Marcuse liga sua análise da sociedade – a saber a fusão peculiar de técnica e da dominação, da racionalidade e da opressão – não pudesse ser interpretado de outra maneira a não ser dizendo que no *a priori* material da ciência e da técnica esconde-se um projeto de mundo determinado pelo interesse de classe e pela situação histórica – Marcuse fala em projeto, filiando-se ao Sartre fenomenológico –, então uma emancipação não seria concebível sem uma revolução na ciência e na técnica (HABERMAS, 1980, p. 316).

Mas talvez, alternativamente, seja necessário questionarmos se é possível chegarmos a tal emancipação de outro modo, sem uma revolução política na ciência e na técnica. Diante do recrudescimento das dinâmicas materiais de poder que caracterizam a técnica e a ciência contemporâneas, é possível acabar com a dominação técnica da vida utilizando as ferramentas conceituais e práticas no quadro institucional que essa mesma dominação nos oferece? Conseguiremos sair da jaula de ferro sem danificá-la ou destruí-la?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, L. A. O conceito de racionalização no pensamento social de Max Weber: entre a ambiguidade e a dualidade. Belo Horizonte, *Teoria e Sociedade*, n. 16.1, p. 256-275, jan.– jun. 2008. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/revistasociedade/edicoes/artigos/16_1/O_CONCEITO_DE_RACIONALIZA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 27. jul. 2013.

FREUND, J. *Sociologia de Max Weber*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

- HEIDEGGER, M. A questão da técnica. In: HEIDEGGER, M. *Ensaio e conferências*. Petrópolis: Editora Vozes; Editora São Francisco, 2006. (Coleções Pensamento Humano).
- HABERMAS, J. Ciência e Técnica como Ideologia. In.: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M; ADORNO, T; HABERMAS, J. *Textos escolhidos*. Tradução de Zeljiko Loparic e Andréa Maria Altino de Campo Loparic. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 313-343. (Coleção Os Pensadores).
- MACHADO, E. C. J. O conceito de racionalidade em Habermas: a 'guinada linguística' da teoria crítica. São Paulo, *Trans/Form/Ação*, p. 31-44, 1988. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v11/v11a05.pdf>>. Acesso em: 27. jul. 2013. cap. 11.
- MARCUSE, H. *A Ideologia da Sociedade Industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SELL, C. E. *Max Weber e a racionalização da vida*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- _____. Máquinas petrificadas: Max Weber e Sociologia da Técnica. São Paulo, *Scientiæ Studia*, v. 9, n. 3, p. 563-83, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-31662011000300006&script=sci_arttext>. Acesso em: 13. ago. 2013.
- _____. Racionalidade e racionalização em Max Weber. São Paulo, *RBCS*, v. 27, n. 79, p 153-172, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcscoc/v27n79/a10.pdf>>. Acesso em: 27. jul. 2013.
- WEBER, M. *Economia e Sociedade*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2004. v. 1, cap.1.

RESUMO

O presente trabalho explora as diferentes abordagens a respeito do conceito de racionalidade no debate entre Herbert Marcuse e Jurgen Habermas a respeito da técnica na sociedade capitalista contemporânea, bem como a influência das ideias de Max Weber nessa discussão. Com isso, pretende-se refletir a respeito das possibilidades de resistência, subversão ou reapropriação do homem diante do aparato técnico da sociedade capitalista nas perspectivas dos dois autores.

Palavras-chave: Racionalidade, Racionalização, Técnica, Ciência, Dominação.

ABSTRACT | RATIONALITY AND TECHNIQUE IN MARCUSE
AND HABERMAS: OUTPUTS TO THE IRON CAGE
DILEMMA?

This paper explores different approaches regarding the concept of rationality in the debate between Herbert Marcuse and Jurgen Habermas about the technique in contemporary capitalist society, and the influence of the ideas of Max Weber in this discussion. Thus, we intend to reflect on the possibilities of resistance, subversion or reappropriation of man against the technical apparatus of capitalist society in both authors' perspective.

Keywords: Rationality, Rationalization, Technical, Science, Domination.

RESUMEN | RACIONALIDAD Y TÉCNICA EN MARCUSE Y
HABERMAS: SALIDAS AL DILEMA DE LA JAULA DE
HIERRO?

El presente trabajo explora diferentes enfoques sobre el concepto de racionalidad en el debate entre Herbert Marcuse y Jurgen Habermas sobre la técnica en la sociedad capitalista contemporánea, y la influencia de las ideas de Max Weber en esta discusión. Así, se pretende reflexionar sobre las posibilidades de resistencia, subversión o reapropiación del hombre contra el aparato técnico de la sociedad capitalista en la perspectiva de ambos autores.

Palabras clave: Racionalidad, Racionalización, Técnica, Ciencia, Dominación.